



## **A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA LITERATURA BRASILEIRA EM PERIÓDICOS A PARTIR DE 1990**

Mariana Alves dos Santos <sup>1</sup>  
André Augusto Diniz Lira <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo fazer uma revisão sistemática de artigos de periódicos publicados no Brasil, sobre a relação família-escola, desde a década de 1990. Para isso, inicialmente contextualizamos historicamente sobre os debates acerca da relação entre a família e a escola no país, destacando como os estudos foram se consolidando no campo das ciências “Psi” (Psicologia e Psicanálise), bem como no campo da literatura sociológica. Para a realização da revisão sistemática selecionamos os artigos em duas bases de dados, no SciELO e no portal periódicos CAPES, utilizando os termos “Família” e “Escola” para efetuar as buscas. Assim, para a apresentação dos resultados foram eleitos os temas mais recorrentes, nesse âmbito: o modelo de família ideal, os preconceitos para com a condição do alunado e das suas famílias e, por fim, as relações com a problemática do fracasso escolar. Concluímos que existem ainda muitos entraves históricos que dificultam a efetivação dessa relação, sobretudo por parte da escola, sendo necessário ainda: a) a realização de mais estudos sobre a temática, b) o estímulo para uma participação efetiva da família no âmbito escolar e c) reconsiderar o processo de escolarização do educando a partir de um ponto de vista amplo.

**Palavras-chave:** Escola. Família. Relação escola-família. Fracasso escolar.

### **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre a relação família-escola não é recente no Brasil. O debate já estava presente antes mesmo do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, datado de 1932, nas discussões sobre a função primordial do Estado que seria efetivar o direito de todos os indivíduos à educação. Cunha (1997) destacou os conflitos históricos existentes entre o ideário da educação escolar e o das famílias. A família, nessa perspectiva, foi progressivamente considerada “desqualificada para educar”, tendo em vista que, supostamente, não possuía as qualidades ideais para tal tarefa nem

---

<sup>1</sup> Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia) e graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I - UFCG, [maryalves6660@gmail.com](mailto:maryalves6660@gmail.com);

<sup>2</sup> Tutor do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia) e docente da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I - UFCG, [andreaugustoufcg@gmail.com](mailto:andreaugustoufcg@gmail.com);



preparação, como ainda não tinha conhecimento de algumas necessidades do indivíduo/filho.

Essas interpretações que colocavam em um determinado lugar de falta, de desprestígio e de incompetência as famílias não são destituídas de posicionamentos de classe, sendo consideradas inaptas justamente as famílias dos pobres/carentes. Os debates sobre essa relação conflituosa e as práticas educativas correspondentes vão se consolidando ao longo do tempo como bem retratadas por Patto (1990) no campo das ciências “Psi” (sobretudo na Psicologia e na Psicanálise), retratando compreensões higienistas do começo do século passado. No Brasil, no campo da literatura sociológica, o debate vem acontecendo desde meados da década de 1950. O grupo familiar em sua dimensão sociocultural poderia explicar as dificuldades no processo de escolarização (NOGUEIRA 2005). Segundo Romanelli (2013), a relevância científica sobre o tema foi ganhando força no Brasil, a partir dos anos de 1970.

É de fundamental importância compreender a relação escola e família como promotoras de aspectos positivos para a escolarização dos filhos/alunos, visto que, considera-se que ambas são instituições fundamentais para que seja assegurado o direito à educação, como afirmam Prado et al (2020). Entretanto, ainda que essa relação venha sendo reconhecida como importante para a educação dos indivíduos, há ainda alguns entraves que dificultam para que a mesma aconteça. Essa temática ainda precisa ser mais estudada, considerando as diversas realidades e culturas que envolvem as duas instituições em foco, bem como as constantes transformações que a sociedade vem sofrendo.

O objetivo deste artigo foi fazer uma revisão sistemática de artigos de periódicos publicados no Brasil, que tratassem da relação família-escola, desde a década de 1990. Descreveremos a seguir os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa bibliográfica tem como propósitos desenvolver estudos pautados no material que já existe sobre determinado tema, estes podem ser livros, publicações periódicas e impressos diversos, como aponta Gil (2002). Assim, o pesquisador vai



utilizar as fontes bibliográficas e contribuições dos autores analisados para elaborar um novo trabalho que trará contribuições acerca do tema.

A revisão sistemática é um dos tipos de pesquisa bibliográfica. Esta consiste em utilizar como fonte de dados a literatura existente sobre alguma temática. Sampaio e Mancini (2007) apontam que ao realizar uma revisão sistemática, o pesquisador vai analisar criteriosamente as informações encontradas nas fontes de dados, confrontando e integralizando os resultados obtidos, podendo ainda fazer apontamentos sobre algumas questões encontradas na literatura que ainda necessitam serem estudadas.

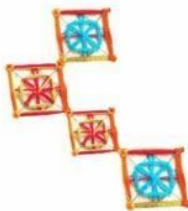
De acordo com Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica pode ser conduzida sob quatro tipos de leitura: exploratória, seletiva, analítica, interpretativa. A primeira leitura exposto pelo autor é a leitura exploratória, que consiste em ter uma visão global da obra/material encontrado e se tem relevância e utilidade para o foco de sua pesquisa. Na leitura seletiva se faz uma seleção de tudo que foi encontrado na leitura exploratória, passando uma “peneira” e elegendo o que de fato vai ser utilizado. O terceiro tipo de leitura, a analítica, visa em analisar cuidadosamente todos os textos selecionados, observando e anotando as informações relevantes para o tema pesquisado. A leitura interpretativa tem por objetivo de relacionar o que os autores dizem sobre o tema pesquisado, confrontando suas ideias, e interpretando suas colocações acerca da temática.

A seleção de artigos foi realizada na base de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online)<sup>3</sup> e no portal periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)<sup>4</sup> Foram utilizados os seguintes termos para efetuar as buscas: “Família” e “Escola”. Como critérios para a composição da amostra, consideramos: a) artigos de periódicos que tratassem da relação família-escola na realidade brasileira; b) textos publicados a partir da década de 1990. Em uma seleção inicial conseguimos recuperar 18 artigos, dos quais foram selecionados 16. Retiramos 2 porque analisaram essa relação a partir apenas de um enfoque, um discute à luz da política neoliberal, e sua cobrança acerca da participação dos pais na gestão da escola, e o outro analisa mais a questão da criança e sua dificuldade de adaptação em aceitar a cultura escolar.

---

<sup>3</sup> <https://scielo.org/>

<sup>4</sup> <https://www.periodicos.capes.gov.br/>



Os artigos selecionados foram: Bhering e Siraj-Blatchford (1999); Cunha (1997); Dessen e Polonia (2007); Glória (2005); Lima e Chapadeiro (2015); Loureiro (2017); Marcondes e Sigolo (2012); Nogueira (2005); Nunes (2001); Oliveira e Marinho-Araújo (2010); Oliveira Junior e Maio (2017); Perez (2009); Polonia e Dessen (2005); Prado et al (2020); Ribeiro e Andrade (2006); e Saraiva e Wagner (2013). A maioria dos trabalhos foram publicados nas décadas de 2000 e a partir de 2010. Apenas 2 foram publicados na década de 1990.

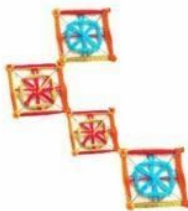
Para apresentação dos resultados, fizemos uma classificação dos temas que foram mais recorrentes, considerando, então, nesse âmbito: o modelo de família ideal, os preconceitos para com a condição de origem de classe social do alunado e de suas famílias, e as relações com a problemática do fracasso escolar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A) Modelo da família ideal**

Na maioria dos artigos encontrados, nas bases de dados, que tratam da relação família-escola, a questão do modelo ideal de família é destacada. Tal modelo ideal de família diz respeito a sua constituição no modelo “pai, mãe e filhos”, assim, a escola e a comunidade escolar desconsideram a formação de outros modelos de família. Desse modo, é imprescindível compreender as mudanças que as estruturas familiares vêm sofrendo ao longo dos anos, isto é, as transformações sociais, econômicas e tecnológicas que levam a mudança das configurações familiares. Assim como reiteram Oliveira; Marinho-Araújo, 2010; Marcondes; Sigolo, 2012; Dessen; Polonia, 2007; Nunes; Vilarinho, 2001; Bhering; Sraj-Blatchford, 1999.

Oliveira Junior e Maio (2017) expõem que por conta das mudanças históricas as famílias foram sendo resignificadas, ou seja, a mãe/mulher passou a trabalhar fora, a inseminação artificial passou a ser mais recorrente, formação de famílias monoparentais, entre outros. Então, é defendido por eles que essa redefinição de papéis é característica da família contemporânea. Nunes e Vilarinho (2001) caracterizam os avós como sendo uma “família possível”, pois na pesquisa realizada em uma escola de Educação Infantil perceberam que os avós das crianças assumiram a responsabilidade



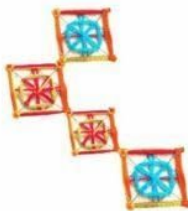
pelos netos nas questões que envolviam a escola, mesmo sendo conscientes da responsabilidade dos pais.

Dessa forma, quando a escola impõe e idealiza um modelo único de família acaba tratando de forma preconceituosa as demais composições, assim vão se distanciando cada vez mais da realidade. Perez (2009) relatou que as famílias que não se encaixarem nesse modelo único idealizado vão ser consideradas como desestruturadas, pois vão se contrapor ao que foi difundido historicamente sobre a família ideal que segue os moldes tradicionais. Logo, essas novas organizações familiares irão ser tratadas de forma preconceituosa e até culpabilizadas pelo mau desempenho, como também pelo fracasso escolar do aluno, como é anunciado por Oliveira Junior e Maio (2017).

## **B) Preconceitos para com a condição de origem de classe social**

Outra questão de disseminação de preconceito diz respeito ao nível socioeconômico a que determinadas famílias são pertencentes. Saraiva e Wagner (2013) em sua pesquisa realizada com grupos focais, sendo esses, professores e pais de escolas públicas e privadas de Porto Alegre alegam que foi possível observar uma preferência por parte dos educadores das instituições pelos pais que pertencem a classe média, bem como uma propagação de uma falsa crença por aqueles pais que fazem parte de um nível socioeconômico menos favorecido, disseminando que esses pais são despreocupados pela escolarização dos filhos. Polonia e Dessen (2005) reforçam esse fato, dizendo que no âmbito escolar é difundido a crença de que os pais do nível socioeconômico mais baixo são impassíveis com os filhos e com sua evolução escolar, ainda acrescentam que há gestores e educadores que não vêem esses pais como atores sociais que podem contribuir nas questões escolares, enxergando-os como pouco capazes de contribuir para a elaboração do currículo.

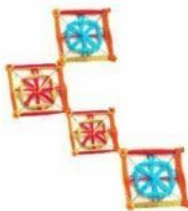
Ribeiro e Andrade (2006) atestam para o peso que a origem social dos educandos têm sobre seus futuros, afirmando que existe uma exclusão das camadas populares no que diz respeito à relação entre escola e família. Assim, não consideram a realidade vivida por essas famílias, nem tão pouco os problemas enfrentados para que sejam reconhecidos também como agentes sociais e de direitos. Glória (2005) ao



apresentar uma análise crítica com o enfoque sociológico sobre a relação entre família e escola com base nos resultados de pesquisas brasileiras e do exterior, mostrou que as famílias das camadas populares vão sofrer algumas dificuldades no âmbito educacional. Os filhos do sexo masculino mais velhos dessas famílias, isto é, os primogênitos, irão ter um acesso reduzido e uma permanência menor na escola, pois na maioria das vezes precisam trabalhar para ajudar os pais na renda mensal da família. Refletiu também que, no caso das meninas a escolaridade é interrompida porque estas precisam cuidar dos irmãos mais novos, como também fazer o trabalho doméstico enquanto os pais trabalham. Desse modo, a conclusão da escolaridade básica desse grupo familiar vai estar comprometida por vários motivos, entretanto, a escola muitas vezes não reconhece essas limitações da realidade.

Perez (2009) verificou, na bibliografia sobre a relação família-escola, que ao contrário do que pensam, as famílias das camadas populares valorizam sim a escolarização dos filhos, visto que, reconhecem a importância da escola para um futuro melhor dos educandos. Principalmente quando os pais não querem que os filhos passem pelas mesmas situações que eles, assim, almejam um futuro diferente, com a escolaridade completa e até mesmo uma formação em nível superior. A autora ainda enfatiza que a questão da classe social pode ser um fator que influencie os requisitos educacionais e sociais dos indivíduos, sobretudo não é correto colocar essa questão como a única que explique esses processos, pois envolve muitas singularidades que permeiam todo o processo de ensino-aprendizagem.

Em vista disso, Prado et al (2020) defendem o quão necessário se faz entender a educação e todos os seus processos doravante dos condicionantes sociais existentes, enxergando o contexto social no qual o sujeito e sua família estão inseridos. Conseqüentemente, quando a escola e a comunidade escolar avistam tais problemas e entraves que perpetuam as famílias das camadas populares irão entender de fato suas realidades, compreender suas lutas e não disseminar crenças negativas sobre elas. Tendo em vista esses embates excludentes e preconceituosos contra as famílias das classes populares, nota-se que a escola vai tornar essa relação cada vez mais distante, por não considerar as diferenças socioeconômicas e culturais, irão acentuar ainda mais a desigualdade entre os indivíduos e grupos de pais.



Outro fator recorrente encontrado nos artigos que discorrem sobre o tema concerne numa relação caracterizada por culpa e não por uma responsabilização conjunta e compartilhada. Saraiva e Wagner (2013) atestam que a escola pressiona demais os pais sobre as dificuldades de aprendizagem e o comportamento do aluno, culpabilizando-os pelos resultados negativos que ele apresenta. Perez (2009) vai além, certificando que a culpabilização vai recair sobre o próprio aluno que apresenta um mau desempenho, da mesma maneira que culpa seu grupo familiar. Assim, Bhering e Siraj-Blatchford (1999) afirmam que a divisão de responsabilidades entre as duas instituições devem ser ponderadas, dessa maneira não sobrecarrega nenhuma das partes, nem tão pouco gera culpabilização.

Marcondes e Sigolo (2012) defendem sobre a notoriedade dessas instituições trabalharem conjuntamente em prol dos pontos positivos para a escolarização dos indivíduos, isto é, efetivar uma relação de corresponsabilidade. As autoras ainda ressaltam que uma parceria firmada entre a escola e a família irá resultar em benefícios para o processo de desenvolvimento do ser humano, assim como ratificam Polonia e Dessen (2005) dizendo que ambas as instituições podem maximizar o desenvolvimento, bem como o aprendizado, sempre atuando como ambientes complementares.

A família e a escola como instâncias complementares desempenham funções sociais para o desenvolvimento dos seres humanos, como também visam atingir objetivos necessários para a evolução em seu sentido amplo destes. Sobre isso, Oliveira e Marinho (2010) expõem que os dois ambientes vão atuar em função da preparação do sujeito para a vida em seus aspectos social, cultural e econômico, porém são agentes que possuem suas especificidades. A família, em suas mais variadas composições estruturais, tem como característica ser o primeiro ambiente de socialização do sujeito, isto é, é nesse ambiente que a criança tem seus primeiros contatos e interações com seus pares. Esta, tem como finalidade transmitir para os seus, aspectos culturais como os costumes, os padrões de comportamento, os valores os quais defendem, etc.

A escola como o outro ambiente social, vai atuar e exercer influências nas aprendizagens e no desenvolvimento dos educandos, ou seja, é característico desta ensinar conteúdos escolares, disciplinas específicas, preparar em seu sentido amplo o cidadão, e desenvolver os aspectos cognitivo, psicológico, físico e social. Os dois ambientes socializadores tanto manifestam pontos em comum, como pontos diferentes.



Um e outro irão compartilhar de processos que servirão de preparo para o desenvolvimento de habilidades para que o educando participe na sociedade e enxergue-a de forma crítica. Entretanto, também diferenciam-se pois, cabe a escola encarregar-se pelo ensinamento dos conteúdos escolares, quanto às famílias, cabe as atribuições de orientar os sujeitos nas noções de ensinamentos morais, costumeiros e sociais, como é assinalado por Perez (2009).

### **C) As relações com o fracasso escolar**

Outro assunto discutido nos artigos da temática família-escola está relacionado com a questão do fracasso escolar. Este é tratado como resultante de uma falha familiar, como é apontado por Polonia e Dessen (2005). As autoras refletem que a família é o alvo apontado como a responsável pelo fracasso escolar do aluno, assim, entende-se que a escola e os educadores não consideram outros fatores que podem explicar tal fato. Saraiva e Wagner (2013) também anunciam em seus estudos que as famílias são culpadas pelo fracasso escolar que o educando apresenta, isso confirma uma relação assimétrica entre a escola e a família, pois mesmo se tratando do mal desempenho do aluno nas atividades educacionais, a família mesmo leiga nesses assuntos e conteúdos é culpada por tais resultados.

Romanelli (2013) destaca que algumas famílias vão preferir que seus filhos estudem nas melhores escolas para atingir o melhor desempenho, mas, o autor afirma que a escolha pela melhor escola não necessariamente vai levar o aluno ao sucesso escolar. Percebe-se que nesse processo há vários fatores que podem influenciar o fracasso escolar, não obrigatoriamente será a família totalmente responsável, nem somente a escola. Desse modo, Perez (2009) enfatiza que o sucesso ou o fracasso escolar do educando vai depender de uma diversidade de fatores, os mesmos podem provir do sistema escolar, do próprio educando, e até mesmo da esfera familiar. Então, é notável a complexidade para entender as razões que levam ao fracasso escolar, dessa maneira é preciso compreender a diversidade de fatores para não culpar somente a família.

Ainda nesse viés discutido de fracasso escolar e questões negativas relativas ao aluno, é que são os motivos pelos quais os pais relataram ser chamados para participar





de algo no âmbito educacional. Em seus estudos, Oliveira e Marinho (2010) destacaram que a escola é a instância que vai determinar o tipo de participação dos pais, bem como os momentos que esses poderão participar. Em vista disso, a participação se dava apenas por conta das reclamações do mau desempenho e do mau comportamento que o aluno apresentava, Lima e Chapadeiro (2015) corroboram afirmando que as famílias muitas vezes são chamadas a participar quando se trata de resolver problemas que envolvem a aprendizagem dos educandos, e isso pode causar o que as autoras chamam de “(des) encontros” nessa relação entre família-escola.

Ribeiro e Andrade (2006) também discutem sobre como os pais são pressionados quando se trata de problemas de comportamento e de aprendizagem nas reuniões, ou seja, no único momento em que são chamados a participar do processo educativo de seus filhos recebem uma enxurrada de críticas e reclamações, apenas são destacados aspectos negativos do aluno e isso pode causar o afastamento das famílias do meio escolar. Marcondes e Sigolo (2012) reforçam esse pensamento, pois afirmam que nas reuniões as críticas se sobressaem em relação às orientações dos educadores de como lidar com tais situações.

Desse modo, a escola pode até reconhecer a importância de se estabelecer uma relação para além somente das reuniões, porém, só vai viabilizar uma relação de críticas e reclamações, causando divergências e o afastamento das famílias, como reitera Perez (2009). Então, percebeu-se que a participação dos pais na escola se dava de forma restrita, ou seja, apenas por meio das reuniões e das datas comemorativas, assim, os pais tinham pouco contato com os membros escolares como também sabiam o necessário sobre a evolução escolar dos filhos.

Por mais que se reconheça a relevância e os ganhos da relação entre a família e a escola, alguns autores declaram que professores e os que trabalham na unidade escolar não sabem da real importância da família fazer parte dos mais variados momentos do processo educacional dos filhos. Dessa maneira, pode-se compreender que os que compõem a unidade escolar tiveram uma formação que não abarcou todas essas questões, assim, Loureiro (2017) afirma que muitos educadores são preparados de forma limitada para enfrentar algumas situações que podem acontecer, isto é, foram formados com algumas falhas.



Oliveira Junior e Maio (2017) reforçam que é preciso que haja um investimento maior nas formações inicial e continuada dos educadores, tendo em vista que esses com um olhar preconceituoso e taxativo da família vão tornar a integração desta com a escola ainda mais difícil de acontecer, visto que os educadores são o intermédio entre as duas instâncias. Perez (2009) também alega que alguns professores possuem um despreparo para lidar com as diversidades socioculturais que permeiam cada vez mais as salas de aula, pois, disseminam formas idealizadas do aluno e de sua família, assim, vê-se que é fundamental investir na sua formação inicial e continuada para que eles entendam as pluralidades que o processo educativo contém.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados desta pesquisa, se faz pertinente concluirmos que uma relação de parceria e corresponsabilização entre a família e a escola é de fundamental importância para o processo educativo do aluno. Isso tendo em vista que as duas instâncias são ambientes socializadores, que atuam para uma formação crítica e democrática do sujeito, tornando-o participativo em todos os aspectos da sociedade na qual está inserido. Ainda que os estudos que ressaltam a relevância dessa relação venham ganhando força, nota-se que os entraves para que esta aconteça se sobressaem.

Com a realização desse trabalho, foi possível compreender que, em pleno século XXI, mesmo com as grandes transformações que a sociedade vem sofrendo ao longo dos anos, ainda perpetuam preconceitos com a estrutura das configurações familiares, bem como para com as famílias das classes populares, o que vai dificultar uma boa relação entre as duas instâncias. Assim, é preciso desconstruir o que foi imposto historicamente, tornando-se imprescindível que a instância escolar trate de modo acolhedor e respeite as diferenças que constituem o grupo social.

Desse modo, é evidente que as duas instâncias são imprescindíveis para o desenvolvimento do ser humano, ressaltamos que os ganhos podem ser ainda maiores quando estas estabelecem uma relação de interdependência e uma parceria atuando para o desenvolvimento de ensino-aprendizagem do educando. É preciso a realização de mais estudos sobre a temática, principalmente incentivando e reforçando a inserção do grupo familiar no âmbito educacional, percebe-se também a necessidade de



investimento na formação inicial e continuada do educador, este como o intermédio entre a escola e família, entendendo que ele precisa estar em constante processo de formação, estudando sobre as constantes mudanças sociais, bem como sobre as complexidades dos múltiplos fatores que podem levar ao fracasso escolar.

## REFERÊNCIAS

BHERING, Eliana; SIRAJ-BLATCHFORD, Iram. A relação Escola-Pais: um modelo de trocas e colaboração. **Cadernos de Pesquisa**, n. 106. São Paulo, Mar. 1999.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A desqualificação da família para educar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 102, p. 46-64. Nov. 1997.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, p. 21-32, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. Relação entre escolaridade e diferenças constitutivas das fraternas. **Paidéia**, v. 15, n. 30. Ribeirão Preto, Jan./Abr. 2005.

LIMA, Tarcila Barboza Hidalgo; CHAPADEIRO, Cibele Alves. Encontros e (des) encontros no sistema família-escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3. Maringá, Set./Dez. 2015.

LOUREIRO, Marta Assis. Relação família-escola: Educação dividida ou partilhada?. **Psicologia PT. O portal dos psicólogos**, 2017.

MARCONDES, Keila Hellen Barbatto; SIGOLO, Silvia Regina Rico Lucato. Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola?. **Paidéia**, v. 22, n. 51. Ribeirão Preto, Jan./Abr. 2012

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise social**, v. 176, p. 563-578, 2005.

NUNES, Dulce Gomes; VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. “Família possível” na relação escola-comunidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 5, n. 2. Campinas-SP, Dez. 2001.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 1. Campinas-SP, Jan./Mar. 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista; MAIO, Eliane Rose. Família e escola: um novo (re) pensar e (re) agir pedagógico. **Revista Labor**, v. 1, n. 10, p. 101-114. 16 Mar. 2017.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**. São Paulo: TA Queiroz, 1990.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. Família e escola na contemporaneidade: fenômeno social. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**, v. 4, n. 3, 2009.



POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2. Campinas-SP, Dez. 2005.

PRADO, Eduardo Fraga de Almeida et al. Reflexões sobre a relação família e escola em territórios de vulnerabilidade social. **Revista olhares**, v. 08, n. 01. Guarulhos, Abril. 2020.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antonia dos Santos. A assimetria na relação entre família e escola pública. **Paidéia**, v. 16, n. 35. Ribeirão Preto, Set./Dez. 2006.

ROMANELLI, Geraldo. Levantamento crítico sobre as relações entre família e escola. In: ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; Nadir Zago. (Orgs.). **Família & escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 29-60, 2013.

SAMPAIO, RF; MANCINI, MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89. São Carlos, Jan./Fev. 2007.

SARAIVA, Lisiane Alvim; WAGNER, Adriana. A relação família-escola sob a ótica de professores e pais de crianças que frequentam o Ensino fundamental. **Ensaio: Avaliação e Políticas públicas em Educação**, v. 21, n. 81. Rio de Janeiro, Out./Dez. 2013.